

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 4.383, DE 2021

Apensado: PL nº 1.563/2023

Dispõe sobre o Programa Nacional Jovem Aprendiz Musical, e dá outras providências.

Autor: Deputado NIVALDO
ALBUQUERQUE

Relator: Deputado PROF. PAULO
FERNANDO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 4.383, de 2021, de autoria do Deputado Nivaldo Albuquerque, *“dispõe sobre o Programa Nacional Jovem Aprendiz Musical, e dá outras providências”*.

Foi apensado ao projeto original o PL nº 1.563/2023, de autoria do Deputado Júlio Cesar, que cria Programa Nacional de Bolsa de Formação Musical.

As proposições foram distribuídas: à Comissão de Trabalho, para apreciação do mérito; à Comissão de Finanças e Tributação, para exame da adequação financeira e orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa. Estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinário.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, cabe ressaltar que a análise das proposições por esta Comissão restringe-se ao âmbito de sua competência prevista no inciso XVIII do art. 32 do Regimento desta Casa, qual seja: o exame do mérito em matéria trabalhista.

O Projeto de Lei nº 4.383/2021 pretende instituir o “Programa Nacional Jovem Aprendiz Musical”, com o objetivo de promover a igualdade social e de oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade e/ou exclusão social, por meio da aprendizagem na área de música.

Com esse mesmo objetivo, o Projeto de Lei nº 1.563/2023 (apensado) propõe a criação do “Programa Nacional de Bolsa de Formação Musical”.

Justamente por seu objetivo em comum – o de promover a igualdade social e de oportunidades para esses jovens por meio da aprendizagem – consideramos as proposições extremamente meritórias e somos favoráveis à sua aprovação.

Entretanto é necessária a apresentação de um Substitutivo, para reunir algumas das ideias contidas nos projetos e para ajustes técnicos.

Nosso Substitutivo insere a matéria da parte da Consolidação das Leis do Trabalho relativa à aprendizagem, já que as propostas se referem a esse instituto trabalhista, cujas regras devem ser aplicáveis também no âmbito do programa de aprendizagem musical a ser instituído.

Quanto ao público-alvo do programa, mantivemos a previsão de que se destina a adolescentes em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, prioritariamente os matriculados na educação básica. Porém estabelecemos o limite mínimo de quatorze anos de idade (e não dez, como preveem os projetos), em respeito à idade mínima para a aprendizagem prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



Semelhantemente aos projetos, o Substitutivo dispõe que o Programa será regulamentado, implementado e coordenado pelo Poder Executivo, o qual deverá conceder bolsa de estudo ao aprendiz musical.

Assim como os demais aprendizes, os beneficiários do programa em referência terão os direitos trabalhistas e previdenciários aplicáveis à aprendizagem, e, de acordo com o art. 428 da CLT, precisarão frequentar a escola.

Ante o exposto, certos de que a matéria é de alta relevância social, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 4.383/2021 e nº 1.563/2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PROF. PAULO FERNANDO
Relator



COMISSÃO DE TRABALHO

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 4.383/2021 E Nº 1.563/2023

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir o Programa Nacional Jovem Aprendiz Musical.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o Programa Nacional Jovem Aprendiz Musical.

Art. 2º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte artigo 433-A:

“Art. 433-A. Fica criado o Programa Nacional Jovem Aprendiz Musical, que deve ser regulamentado, implementado e coordenado pelo Poder Executivo, com o objetivo de promover a igualdade social e de oportunidades para adolescentes em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, por meio de programa de aprendizagem na área de música.

§ 1º Podem participar do programa adolescentes maiores de quatorze e menores de dezoito anos de idade que se encontrem em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, nos termos do regulamento.

§ 2º A contratação de aprendizes no âmbito do programa deve atender, prioritariamente, os adolescentes matriculados na educação básica.



§ 3º O Poder Público deve conceder ao adolescente inscrito no programa bolsa de estudo para o custeio das despesas necessárias ao desenvolvimento profissional do aprendiz musical.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PROF. PAULO FERNANDO
Relator

